



MINISTÉRIO DA
CULTURA



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DE APOIO À REDE MUNICIPAL DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



Fundação
Joaquim
Nabuco



UPE
UNIVERSIDADE
DE PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

DORA DIMENSTEIN

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CIDADANIA:
A EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA
REDE MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE**

Recife
2017

DORA DIMENSTEIN

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CIDADANIA:
A EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA
REDE MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com o Ministério da Cultura, a Fundação Joaquim Nabuco, a Universidade de Pernambuco e a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, como requisito para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Marcos Valença

Recife
2017

DORA DIMENSTEIN

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CIDADANIA:
A EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA
REDE MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

Dedico esta monografia às minhas filhas e netas pelo apoio, estímulo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a imensa compreensão e incentivo de meu companheiro pelos fins de semana que não desfrutamos do convívio juntos, pois tive que me dedicar aos estudos.

Agradeço à toda equipe de professores, professoras, orientador e organizadores deste curso por nos transmitir seus conhecimentos e vivências, enriquecendo ainda mais os conteúdos que nos foram apresentados no decorrer do curso.

“A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade.”

Luiz Antônio Bolcato Custódio

DIMENSTEIN, Dora. A Educação Patrimonial, Memória e Cidadania: A Experiência dos Professores de História da Rede Municipal do Jaboatão dos Guararapes – PE. 44 p. il.2016. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

O presente artigo busca analisar qual o sentido da Educação Patrimonial para a proteção e pertencimento do patrimônio de uma determinada localidade ou grupo social quando inserido no currículo escolar.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Patrimônio. Memória. Pertencimento. Cidadania. Identidade. História.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.
IPHAN	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial
DAF	Departamento de Articulação e Fomento
PPS	Processos Psicológicos Superiores
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PNC	Parâmetros Curriculares Nacionais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TTE	Temas Transversais da Educação
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
ProExt	Programa de Extensão Universitária
EP	Educação Patrimonial
OEA	Organização dos Estados Americanos
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	Conceitos: Pertencimento, Memória, Educação Patrimonial e Cidadania	10
3	Caminhos da Educação Patrimonial	16
4	A metodologia da Educação Patrimonial: potencialidades e interdisciplinaridade	22
5	O IPHAN tem sua política de Educação Patrimonial baseada em três pilares:	23
6	A trajetória da Educação Patrimonial pela FUNDARPE	26
7	O Setor de Educação Patrimonial da Fundarpe	27
8	A Educação Patrimonial nas diversas matérias escolares – enfoques do IPHAN	28
9	A experiência da Educação Patrimonial com professores da Rede Pública de Ensino do Jaboatão dos Guararapes	29
10	Aplicabilidades com os alunos, em sala de aula dos conceitos apreendidos.	30
11	Considerações à prática da Educação Patrimonial nas escolas	32
12	Considerações Finais	33
13	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	38
14	ANEXOS	40

1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de uma experiência pessoal como medidora / professora de Educação Patrimonial, durante três anos, ministrando aulas para professores de história, português, geografia e artes da rede pública municipal, dentro do Programa de Educação Continuada, da Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico do Município do Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco, entre 2013 a 2016.

Com a análise da experiência vivenciada, procuro demonstrar a importância da formação em educação patrimonial para professores de História, seja, através de aulas teóricas, e de visitas técnico-pedagógicas.

Para abordar sobre essa temática, dialogamos sobre memória histórica da localidade, suas identidades, os grupos sociais inseridos num contexto histórico-cultural, baseando-nos em autores que vêm desenvolvendo práticas de Educação Patrimonial em sala de aula, como Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro, equipes técnicas do IPHAN e da Fundarpe, dentre outros.

Houve a escuta, também, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, (FUNDARPE) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (IPHAN) Seção Pernambuco já que cada uma dessas autarquias possuem profissionais direcionados para esta atividade.

2. Conceitos: Pertencimento, Memória, Educação Patrimonial e Cidadania.

Tratar de memória remete-nos a diversos conceitos que abrangem os mais variados enfoques científicos e/ou experimentais. Em sua origem etimológica do latim, a palavra significa a faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos, anteriormente, reportando-se às lembranças e reminiscências.

Filósofos, psicólogos, sociólogos e antropólogos tendem a dedicar seus estudos à memória declarativa, enquanto os neurobiólogos tendem a se ocupar nas pesquisas da memória procedimental. Vale ressaltar que quando a memória passou a ser pensada e estudada no século XIX, a linha antropológica francesa a retirou da perspectiva do individual. Ela é uma criação do indivíduo, mas partindo do ponto de vista que o indivíduo é uma criação da sociedade, inserido em um contexto.

Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães,

A semântica do termo já nos sugere uma relação com um tempo que nos antecede, e com o qual estabelecemos relações mediadas através de objetos que acreditamos pertencer a uma herança coletiva. Assim, esses objetos que acreditamos pertencer a um patrimônio de uma coletividade, e hoje até mesmo da humanidade, estabelecem nexos de pertencimento, metaforizam relações imaginadas e que parecem adquirir materialidade a partir da presença desse conjunto de monumentos. O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa igualmente pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. (GUIMARÃES, 2008, p.19).

Nesta afirmação, nota-se claramente a importância em se relatar os fatos ou mesmo objetos históricos como pertencentes às pessoas, a uma sociedade e mesmo até a uma geração. Esta descrição e a proposta vinculada com a educação, na forma mais ampla de transmissão desses conhecimentos, determina o pertencimento coletivo dos bens patrimoniais.

A palavra memória remete-nos necessariamente a outra: passado. Ora, tudo que é memória o é porque está no passado. A memória é algo que se distingue do presente, mas que, ao mesmo tempo, compõe-nos. Assim como a memória, também o passado é entendido dentro do pensamento ocidental como um âmbito temporal distinto do presente, e a memória é um dos caminhos para seu conhecimento.

E uma das dimensões de ligação com o passado é a relação com os lugares em que vivemos e os elementos que os compõem ou compuseram. É a memória do lugar vivido e de seu patrimônio. Entretanto, com o passar dos anos, as pessoas mudam ou deixam de estar presentes nos lugares em que estiveram e que passam a ser lembradas como vivências históricas. Nesse processo, as pessoas utilizam a imagem visual (fotografia, vídeo, filme) para registrar a ação e a situação física dos locais, cidades, monumentos e edificações.

Alguns lugares são considerados como monumentos pela significação patrimonial importante e participação na história evolutiva do desenvolvimento econômico de uma cidade. Dessa forma, Mariuzzo (2003, p.1) faz a consideração de que:

Monumentos é parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação que os identifica, servem como um elo entre presente e passado dando um sentido de continuidade. A preservação do patrimônio pressupõe um projeto de construção do presente, e por isso vale a pena na medida em que este patrimônio esteja vivo no presente, vivo para que as pessoas que o cercam possam de algum modo usufruir dele.

Esta reintegração pode unir o corpo e a alma da cidade, fazendo com que um prédio ou uma praça faça sentido para nossos olhos modernos. Mas, a quem cabe decidir o que faz parte do patrimônio de uma cidade, estado ou país? Como determinar o que deve ser preservado e – em consequência – o que será esquecido?

Respostas para estas perguntas podem estar no entendimento de que os espaços urbanos são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações. O uso do material do passado é a essência da cultura e é aquilo que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio. Potencialmente, todos os produtos e espaços podem se tornar patrimônio.

Nosso posicionamento é de que o valor que os lugares têm como referência para as pessoas, que lhes dá um sentido de pertencimento a um território ou local, deve ter por base sua cultura e histórias transmitidas às novas gerações. É exatamente esse referencial que vincula o cidadão ao lugar e cria identidades variadas, não necessariamente uma identidade nacional, mas uma identidade social como faz referência Halbwachs (2006). Os monumentos ou o patrimônio histórico devem ser meios de ligar-nos a nosso passado histórico e devem fazer sentido em nosso cotidiano para construção da noção de cidadania. E quando o homem interage com o seu meio, torna-se consciente de sua responsabilidade enquanto operador de seus direitos e deveres, alcançando a capacidade de modificar suas realidades circundantes e de contribuir para o bem-estar social, intelectual e moral do ser humano, visando a sua integração social.

Como identifica Fabiana Santos Dantas (2010, p.66), da área jurídica:

[...] a memória é uma necessidade fundamental, pode-se afirmar que o direito à memória existe e consiste no poder de acessar, utilizar, reproduzir e transmitir o patrimônio cultural, com o intuito de aprender as experiências pretéritas da sociedade e assim acumular conhecimentos e aperfeiçoá-los através do tempo.

Neste sentido, é uma capacidade humana de produzir cultura, característica especial do homem em relação aos outros animais. Observa-se aqui a própria noção de *humanidade* que se encontra vinculada à capacidade específica de aprender, memorizar e transmitir conhecimentos através de acervos denominados “*patrimônios culturais*”.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, afirma que “a memória é uma necessidade básica do indivíduo e da coletividade” (DANTAS, 2010, p. 51), o que baseia o direito fundamental à memória. No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) (1999)

reconhece a necessidade do direito fundamental à memória associada ou mesmo inserida nos parâmetros de cidadania, pertencimento e de proteção ao patrimônio cultural, quando evoca e introduz a origem do povo, seus valores fundantes e suas raízes.

Torna-se necessária, então, a contextualização dos termos patrimônio e patrimônio cultural e sua correlação direta e indireta com a preservação da memória visual ou mnésica, principalmente focada nos bens edificados considerados monumentos de valor histórico.

Inicialmente, o termo patrimônio tem origem na palavra pater que significa pai ou paterno e representa os bens de herança “que eram passados para as gerações futuras como forma de transmitir seus conhecimentos e seu poder de dominação” (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 67). Com o tempo, o termo patrimônio foi ampliado aos grupos sociais como a Igreja que, durante a Idade Média, detinha em seu poder muitos objetos de altíssimo valor material que formavam seus tesouros. Da mesma forma, os senhores feudais construíam castelos onde ostentavam riquezas que seriam transmitidas às futuras gerações. Nos casos citados, podemos notar que a preservação desses bens era para usufruto próprio e não para a coletividade. Com a evolução da pesquisa por civilizações antigas, surge a figura do antiquário, que acreditava mais no estudo e análise dos objetos do que nas palavras relatadas sobre essas civilizações citadas à época.

Na França surgiu a primeira manifestação da função social de preservação do patrimônio, como resultado da Revolução Francesa, quando os bens culturais passaram a adquirir uma identidade nacional e a serem apoiados por uma legislação específica. Dessa incursão, os bens dos nobres e da Igreja foram confiscados e levados para museus para visitação da sociedade e os bens imóveis foram utilizados para outras finalidades. Na segunda década do Século XIX, e pela primeira vez, os monumentos do passado, que possuíam alto valor artístico, foram reconhecidos, o que provocou uma mudança na mentalidade das sociedades sentida com reflexos mundiais.

Antônio Albino Canelas Rubim e Renata Rocha (2012), Adalberto S. Santos cita Dominique Poulot (2009) que:

[...] nos conduz nas trilhas dos imaginários que dotaram determinados bens culturais de tratamento especial, ressaltando dois aspectos que marcam a constituição de patrimônios culturais no ocidente: para o referido autor a noção de patrimônio se sustenta no caráter pedagógico e no reconhecimento de determinados bens como tesouro.

Ao longo dos séculos, a noção de que determinados bens são tesouros que necessitam ser preservados e o caráter pedagógico que se inscreve na formulação dos princípios constitutivos dessa proteção dão sustentação à noção de patrimônio cultural.

No entanto, afirma Lanari Bo (2003):

[...] gradativamente a necessidade de proteção e de veneração aos bens culturais, estendeu-se do espaço da igreja ao centro religioso da cidade, permitindo, ou mesmo induzindo a eleição de objetos e lugares que, aos poucos evoluiu para considerações de ordem cultural: bibliotecas, arquivos, castelos, incluindo obras de arte.

Segundo Rubim (2012),

[...] as políticas de preservação passaram a ser propostas com intuito de atuarem, basicamente, na esfera simbólica, tendo como objetivo reforçar a identidade coletiva. Nesse ínterim, o conceito de patrimônio cultural, nas instâncias especializadas, passa a ser aplicado aos bens culturais que sofrem intermediação do Estado por meio de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas, fixando-se sentidos e valores.

Podemos citar que três fatos políticos e culturais foram decisivos para a criação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, a Semana de Arte Moderna de 1922, a implantação do Estado Novo e a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O conceito de patrimônio cultural identifica-se com a história da criação do próprio SPHAN e se entrelaça com a trajetória de vida de Rodrigo Melo Franco Andrade, Gustavo Capanema e Aloísio Magalhães, como também de Alceu Amoroso Lima e Carlos Drummond. Esses últimos, com a elaboração de um manifesto publicado na imprensa, reforçaram a necessidade da criação de regras e leis voltadas à preservação do patrimônio histórico pelo governo federal.

Em 30 de novembro de 1937, no Governo de Getúlio Vargas foi elaborado um projeto de lei por Rodrigo de Melo Franco, então diretor do SPHAN, que teve como resultado a criação do Decreto Lei Nº 25/37 que regulamenta o tombamento como forma de proteção do patrimônio histórico nacional. Essa lei refletia, segundo Martins (2006, p. 3), “a visão da época de como era considerado um patrimônio cultural” e que ainda hoje possuem valor de Lei para as decisões do Estado. O Decreto, em seu Artigo 1º e parágrafos seguintes, registra a primeira definição de patrimônio cultural:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Seguindo as determinações da OEA, o Brasil passou a atender as determinações da Carta de Quito que recomenda a valorização do patrimônio, que deve estar presente nos planos de desenvolvimento nacional e que fosse realizada utilizando-se os equipamentos turísticos das regiões envolvidas. Essa ação ocorreu no Governo de Castello Branco, que instituiu o Conselho Nacional de Turismo e criou a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), responsável pela coordenação de todas as atividades turísticas no Brasil, direcionando e adequando o turismo às necessidades do desenvolvimento econômico e cultural, uma das metas desse governo. Embora a valorização do turismo tenha sido uma forma efetiva de movimentar a economia brasileira, a exemplo de outros países, ainda estava carregado da noção de civismo da nação respaldado na divulgação de slogans como nominar o turismo e direcionar o olhar apenas para monumentos históricos, festas típicas e belezas naturais.

Para tornar efetivo o direito à memória, o Poder Público, em suas diversas esferas de competência, deve promover ações sistemáticas de proteção ao patrimônio cultural, bem como desenvolver políticas públicas educacionais eficientes. Neste ponto, em 1999, o Ministério da Educação no Brasil, reconheceu essa necessidade citada nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio.

Já em 1970, por iniciativa do próprio Ministério da Educação elaborou-se o Compromisso de Brasília, que estabeleceu, como objetivo principal, a proteção do patrimônio histórico e artístico, articulando diretrizes que instrumentalizavam a valorização do patrimônio cultural enquanto culto ao passado para a formação da consciência nacional e que deveria ser realizada com educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade. Aí se atendeu a um dos princípios formulados por Anderson (2005) para a edificação de uma nação enquanto comunidade imaginada.

Para tanto, foram estabelecidas ações mais eficazes como a inclusão de matérias, nos currículos escolares, que tratassem do conhecimento e da preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular. O patrimônio nacional passava a ser transmitido de modo tradicional, o ensino nas escolas, ou por meio de veículos mais modernos de comunicação como o rádio, o cinema ou a televisão. Enfim, tratava-se menos de apoiar e estimular as atividades culturais do que sugerir medidas efetivas de caráter cultural num plano eminentemente político. (SANTOS, 2005).

A diversidade, entendida como matriz de todo processo criador, entra na pauta das políticas de preservação do patrimônio e da memória nacional. Se a revolução liberal trouxe consigo o fomento de um projeto pautado pela necessidade de formação de cidadãos, pela instrução e pelo culto ao Estado-Nação, fazendo com que a constituição de patrimônios culturais fosse dominada pelo seu aspecto pedagógico já na contemporaneidade, a constituição de patrimônios culturais está imbricada com a constituição da diversidade cultural.

3. Caminhos da Educação Patrimonial

No 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorreu, em 1983, a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada.

A partir de uma proposta pedagógica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais, a saber: *observação, registro, exploração e apropriação*, as autoras reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. De acordo com as autoras, Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centrado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, cuja metodologia se aplica a:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Com a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC), várias metas foram elaboradas com a participação do Estado e da Sociedade Civil. Assegura modalidades adequadas às particularidades da população, das comunidades e das regiões do País que se estruturam em três dimensões complementares: a cultura como expressão simbólica, como direito de

cidadania, e como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade que dialogam com reconhecimento e promoção da diversidade cultural, educação e produção de conhecimento e participação social.

Segundo Ana de Holanda (2011), as metas que regem o Plano Nacional de Cultura (PNC) começaram a ser geradas no Seminário Nacional Cultura para Todos, em 2003, e foi o primeiro passo para o envolvimento dos cidadãos na avaliação e direcionamento das políticas culturais para definições das 53 metas serem planejadas e executadas com eficácia, efetividade e eficiência na sua aplicabilidade.

Identificamos as metas do PNC que se interligam pela transversalidade da Cultura com Educação que vão desde a meta 12 até a 19 que enfatizam: 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural; 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada; 100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura; Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas; Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas; 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC); Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura e, por fim, aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.

Importante salientar que com o aumento dos cursos de formação e pesquisa, muitos professores de várias disciplinas poderão se tornar também professores / mediadores de cursos de Educação Patrimonial, pois estarão habilitados para lecionar e ministrar cursos dentro dos Programas de Formações Continuadas, presentes na maioria dos municípios, e de fazer parte de uma enorme rede de professores que abrangem todas as disciplinas de forma transversal e multidisciplinar.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dedica uma área de sua atuação para a Educação Patrimonial com a publicação de vários livros, artigos em revistas e ações concretas.

Segundo o IPHAN:

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então se trata de Educação Patrimonial (IPHAN)

Destaque-se que em 1970, houve a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) idealizado por Aluísio Magalhães. Embora não tenha atuado diretamente com projetos na área de educação, as diretrizes teóricas e conceituais defendidas e o *modus operandi* adotado pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros renovados para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial.

Sua linha programática de número três, intitulada “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”, tinha como finalidade desenvolver:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293).

Em decorrência da necessidade de uma maior sistematização das ações educativas no âmbito das políticas de preservação, o IPHAN, por meio de seu setor de promoção, passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Em 07 de maio de 2009, publica o Decreto nº 6.844, vincula a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF do IPHAN Nacional.

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

As iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente.

A Educação Patrimonial deve fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas onde as políticas públicas na área, deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados para o grupo ou comunidade que habitam com os Patrimônios Culturais. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p.51).

A Educação Patrimonial é interpretada também como um fator de mediação. Dentro desta visão, a mediação é interpretada pelo psicólogo e educador russo Vygotsky. Em *Pensamento e Linguagem* (1998), ele mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos exercidos sobre o próprio homem: é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), ou Cognição. Assim, os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos pares que convivem nesses contextos.

A partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais, as políticas de preservação se inserem num campo para criar espaços de aprendizagem e interação que facilitem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio que é o de mediar sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural.

Dentro desse processo de Educação Patrimonial deve-se levar em conta também os territórios como espaços educativos. Nesse sentido, o patrimônio cultural de uma localidade não se restringe apenas aos bens edificados como acervos museológicos, arquivos ou monumentos, mas se expande para além dos muros de um espaço físico ou espaços territoriais como documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educacionais. Seus efeitos se potencializam quando consegue interligar os espaços tradicionais de aprendizagem aos equipamentos públicos, como centros comunitários e bibliotecas públicas, praças e parques, teatros e cinemas. Tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas às práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários.

Segundo a educadora Jaqueline Moll,

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (MOLL, 2009, p. 15).

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, a LDB – 9.394/96, que prevê esses parâmetros em seu art. 1º.

A educação patrimonial pode ser entendida como uma proposta interdisciplinar de ensino que tem o patrimônio cultural como objeto de conhecimento. E na perspectiva de Ricardo Oriá:

Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

Assim, é compreensível que os resultados surjam paulatinamente, à medida que se difundir o reconhecimento da importância da educação para a formação de indivíduos sensíveis às questões que envolvem a memória coletiva, capazes de conhecer e respeitar sua própria história cultural. Hoje ou amanhã, o importante é que os objetivos sejam concretizados através de ações voltadas à educação patrimonial.

Outro fator importante para a ampliação das possibilidades de ações educativas de preservação e valorização do Patrimônio Cultural é o estabelecimento de vínculos das políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo o intercâmbio de ferramentas educativas para enriquecer o processo pedagógico a elas inerente. Dessa forma, são possíveis a otimização de recursos na efetivação das políticas públicas e a prática de abordagens mais abrangentes e intersetoriais, compreendendo a realidade como lugar de múltiplas dimensões da vida.

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais

nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios. Trata-se de partir das referências culturais locais para, por meio delas, acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, a partir de seu repertório de referências, possa compreender e refletir, tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca.

O tema Educação Patrimonial é um movimento que visa recuperar, valorizar e ressignificar a trajetória seguida por outros – que, a seu modo e em outros tempos, se debruçaram sobre a importante tarefa de encontrar ferramentas para valorizar e preservar a memória e o Patrimônio Cultural brasileiro – é fundamental para a construção coletiva de uma nova percepção das ações educativas nesse campo.

Uma sociedade que não se reconhece está fadada à perda de sua identidade e ao enfraquecimento de seus valores mais intrínsecos. Seu envolvimento no processo de fortalecimento de sua cultura é primordial, diria mesmo, fundamental para a construção de uma postura consciente e ativa no desenvolvimento de sua cidadania.

A educação, vista num sentido mais amplo, é o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa). Para Maturana (2001), essa interação pela convivência faz com que o outro se transforme de maneira natural, equivalendo seu modo de viver com o do outro num processo contínuo que o leva a conviver de acordo com o conviver de seu meio. Assim, podemos pensar que estamos sempre atuando como educadores e educandos, podendo nos considerar agentes em profunda sintonia e responsabilidade para com o aprender e o ensinar. Logo, o nosso saber/aprender interage com o nosso meio e com isso criamos a possibilidade de transformá-lo ou de nos mantermos numa postura conservadora e acomodada.

A Educação Patrimonial torna-se, assim, um processo constante de ensino/aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o Patrimônio. É nesse tópico que se encontra a fonte primária de atuação que vem enriquecer e fortalecer o conhecimento individual e coletivo de uma nação sobre sua cultura, memória e identidade. Através de ações voltadas à preservação e compreensão do Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial torna-se um veículo de aproximação, conhecimento, integração e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos, objetivando que os mesmos (re) conheçam, (re)

valorizem e se (re) apropriem de toda uma herança cultural a eles pertencente, proporcionando aos mesmos uma postura mais crítica e atuante na (re) construção de sua identidade e cidadania. Identidade essa que, cada vez mais, urge por uma atenção especial dos diversos setores da nossa sociedade.

A Educação Patrimonial interpretada por Horta (1999) como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando sua autoestima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação. Ainda, segundo Horta, o “conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

4. A metodologia da Educação Patrimonial: potencialidades e interdisciplinaridade.

A metodologia da Educação Patrimonial é desenvolvida em quatro etapas, sendo elas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação do bem cultural. Espera-se identificar o objeto, sua função e significado; registrar o conhecimento percebido, através do aprofundamento da observação; desenvolver a análise crítica através da consulta a outras fontes; e a apropriação do conhecimento adquirido por meio da participação criativa. (HORTA et al, 2009, p. 11). Embora sinteticamente apresentados, estas etapas propostas pela Educação Patrimonial revelam a riqueza de habilidades, conceitos e conhecimentos que podem ser adquiridos pelos envolvidos neste processo educativo.

O patrimônio como objeto e como instrumento de informação não pode ser usado como livro didático. Os estudantes devem ser empenhados a descobri-lo e usufruir isso com um corpo-a-corpo que coloque em jogo sentidos, mente e práticas. (MAZZOTI, 2008, p. 152). Por tamanha complexidade, é interessante ressaltar que as ações de Educação Patrimonial devem ser concebidas como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, onde o cenário escolar se apresenta como um potencial espaço. Atividades

desenvolvidas por museus, bibliotecas, apesar de interagirem com a comunidade, não possuem continuidade. Por fim, ressaltamos o caráter interdisciplinar que a metodologia da Educação Patrimonial possui. (HORTA et al, 2009, p. 36) Os objetos patrimoniais, enquanto recursos educacionais, podem ser usados em qualquer área do currículo, ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo ensino-aprendizagem (HORTA, 2009, p. 36)

A Educação Patrimonial constitui um campo de ação, por definição, inter e transdisciplinar. Insere-se nas preocupações pedagógicas e não pode ser dissociada das discussões sobre o sentido mesmo do ensino. O Patrimônio, por sua parte, envolve a História, mas também a Arqueologia, as Artes, como arquitetura, a Geografia, a Linguagem e mesmo a Matemática. (FUNARI, P.P.A., FUNARI, R.S, 2009, p. 11).

Assim, o Patrimônio pode ser contemplado dentro do modelo educacional brasileiro, como um conteúdo transversal na estrutura curricular. Sendo trabalhado como uma questão contemporânea que alimenta o processo de ensino- aprendizagem.

O desenvolvimento de uma educação para o patrimônio parece ser um exercício vigoroso àqueles que atuam em sala de aula. Desafios motivados pela novidade da metodologia da Educação Patrimonial no país e pela necessidade em construir um currículo que privilegie ações centradas na valorização do patrimônio cultural se apresentam como importantes pontos a serem considerados pelos docentes que pretendem fazer uso desta prática educativa.

É saber notório que o Patrimônio Cultural, entendido como todos os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da nossa realidade, é um promissor instrumento pedagógico ao exercício da cidadania - uma das finalidades do programa educacional.

5. O IPHAN tem sua política de Educação Patrimonial baseada em três pilares:

1. - **Inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal.** Firmou parceria com o Ministério da Educação: no âmbito da educação básica, e cria o Programa Mais Educação e na educação superior, a aproximação se deu por meio do Programa de Extensão Universitária – ProExt, que dispõe de uma linha temática voltada ao Patrimônio Cultural.

2. - **Gestão compartilhada das ações educativas.** É o fomento à Rede Casas do Patrimônio,

articulando agentes e instituições que possuam envolvimento com o tema e com os bens culturais. A Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural.

3. - Instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial. Advém da necessidade de normatizar e garantir o cumprimento de diretrizes mínimas da Política Nacional de Educação Patrimonial.

Um espaço educativo é, segundo Faria:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra [...] o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. E o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (FARIA, 2010, p. 25).

A inserção da atividade de Educação Patrimonial no Programa Mais Educação do MEC identifica que é possível estimular um novo olhar para a escola e o território no qual está inserida a partir da ideia de torná-los espaços educativos. Os patrimônios culturais que estão na escola e em seu entorno certamente podem ajudar nessa transformação.

Como afirmam os especialistas, os professores de várias disciplinas podem ser considerados mediadores que poderão atuar tanto de forma direta quanto indiretamente e assim serão definidos conforme as intencionalidades que alimentam as interações sejam elas presenciais ou virtuais, induzidas ou espontâneas. Se na mediação direta a interação com o público se dá a partir de uma proposta protagonizada por curadores e educadores, é preciso considerar que o público, com sua diversidade de linguagens e de universos representacionais, também realizam operações mediadoras. Configura-se aqui uma proposta de pensar a mediação como espaço de diálogos, espaço de trânsitos e trocas informacionais, simbólicas e subjetivas.

Assim pensada, a mediação instaura um tríplice diálogo segundo a professora Rosângela Côrrea, que enfatiza que:

Um primeiro diálogo definido como multicultural, de afirmação identitária, que ajuda a descobrir a face de nossa própria cultura espelhada em outra cultura. Outra dimensão dialoga com o que se defini como chamada intercultural, claramente favorecida pelo desenvolvimento dos transportes e da comunicação e pela globalização econômica, em que os diferentes se hibridizam. E um terceiro nível, chamado de diálogo transcultural, que designa a abertura de todas as culturas para aquilo que as atravessa e as ultrapassa. Aqui, por meio das diferenças, reconhece-se a universalidade.

Como se percebe, é necessário que o conhecimento anteceda a ideia de preservação. Geralmente, preserva-se aquilo com o qual se tem uma relação afetiva, o que se estabelece através do conhecer. Santo Agostinho ensinava que “conhecemos à medida que amamos”. Esse raciocínio soa, aparentemente, paradoxal quando o aplicamos à educação como forma de conhecimento: se há amor é porque há conhecimento e vice-versa.

A educação patrimonial exerce essa função de interligar o indivíduo ao seu passado, de maneira tal que o faça identificar o significado da memória coletiva para a construção do presente, da sua correlação com a cultura como marca que identifica uma sociedade. Assim, o passado começa a ser valorado e tende a ser preservado.

Para preservar, é imprescindível que se rompa com a equivocada teoria futurista de que o passado não pode conviver harmoniosamente com o presente. Tal objetivo será atingido a partir do momento em que se criar uma relação de respeito entre o “velho” e o contemporâneo, propagando a noção de desenvolvimento sustentável que aspira ao equilíbrio entre o progresso tecnológico-econômico e o meio ambiente (que abrange também os bens de valor cultural). É justamente a sustentabilidade que garantirá às gerações futuras a chance de conviver com seu patrimônio cultural e correlacioná-lo com o momento em que vive, garantindo-lhes a sucessão de sua história e a manutenção de sua identidade.

Muito embora esta posição que reconhece nas atividades voltadas à construção de uma educação que valorize o patrimônio cultural o potencial de estímulo à formação da cidadania, apenas são encontrados pontuais registros de experiências com a Educação Patrimonial no universo escolar, geralmente frutos de parceria entre o poder público local e universidades e o IPHAN. Trabalhos acadêmicos e livros que problematizem a temática no país ainda são poucos. Em resumo, “muito há o que se fazer em termos de educação para o Patrimônio” (SOARES, 2008, p.08).

Conclui-se, portanto, que a educação patrimonial é um dos mais importantes instrumentos de preservação da cultura de um povo, ofertando, às gerações futuras, a oportunidade de conhecerem a sua própria identidade a partir da interação consciente com as heranças de seu multifário patrimônio cultural.

6. A trajetória da Educação Patrimonial pela FUNDARPE

Para a FUNDARPE, o conceito da criação da proposta para a Educação Patrimonial, teve como principal foco a ampliação da ideia de salvaguarda de bens patrimoniais, principalmente a partir da adoção de estratégias focadas nas pessoas, entendidas como os principais agentes de eleição e preservação do patrimônio cultural em suas comunidades. Tem como base sua fundamentação na Educação que se utiliza de diferentes métodos como referência e na Cidadania incentivando a participação dos cidadãos na tomada de decisões para a resolução de problemas atuais. As etapas elencadas no processo do programa de Educação Patrimonial devem envolver o *conhecer* – ter acesso, *compreender* - saber interpretar, *valorizar* - buscar os caminhos eficientes e *atuar* - participar ativamente na gestão cultural e escolha desses patrimônios.

Em 1970, ano em que as ações foram iniciadas, houve a realização de alguns trabalhos de conscientização e valorização dos bens culturais centrados nas identidades e no sentimento de pertença, realizados com foco nas esferas do individual e sua interface com o coletivo. Entre 2004 e 2005, ocorreram vários fóruns patrimoniais que resultaram em um mapeamento dos elementos culturais de cada município do Estado. Em 2007, a sistematização dos trabalhos facilitou a realização de várias ações de Educação Patrimonial e resultou na publicação de uma série que abordaram conceitos como cultura, história, memória, patrimônio cultural e apontam os bens culturais de cada Região de Desenvolvimento de Pernambuco. Em 2010, os dados foram atualizados referentes aos bens culturais dos municípios do Estado de Pernambuco. Esta nova edição deu origem a novas publicações com textos de referencial à Educação Patrimonial que compõe o material impresso do Mapa Cultural.

Com este reforço no material, várias oficinas de Educação Patrimonial foram inseridas no Festival Pernambuco Nação Cultural dos anos seguintes direcionadas a professores, gestores de cultura, áreas afins, e à população em geral.

Houve também a realização de oficinas em outros programas da Fundarpe como: Preservando Cultura, Governo Presente, III Semana do Patrimônio de Pernambuco, Nas Teias do Patrimônio e Semana do Patrimônio. Outros instrumentos de ação que obtiveram sucesso entre 2010 e 2013 foram as ações educativas (oficinas) direcionadas aos jovens do ensino fundamental e médio, com um trabalho voltado para questões ligadas ao patrimônio diretamente na sala de aula, de maneira lúdica, introduzindo noções básicas de preservação entre os alunos.

Devido a expansão do conceito de Educação Patrimonial em sala de aula, houve demandas de várias comunidades da Região Metropolitana do Recife que foram atendidas pela equipe da Fundarpe, chegando até às comunidades quilombolas, pois a demanda vinda diretamente dos próprios municípios obtiveram resultados positivos, pois atenderam os anseios dos próprios participantes. Já no 22º Festival de Inverno de Garanhuns, em 2012, a Equipe de Educação Patrimonial da Fundarpe, organizou a “Caminhada do Patrimônio” que, diante da procura, se repetiu nos anos seguintes.

Em 2013, o destaque foi para as ações de EP realizadas em comunidades, no ambiente escolar e em comunidades remanescentes de quilombolas com a realização do “Jogos do Patrimônio” além de capacitações externas envolvendo espaços, museus e preservação do patrimônio cultural.

Desde a criação do Programa da Semana do Patrimônio pela Fundarpe, que ocorre sempre em agosto, mês em que se comemora o Dia Nacional do Patrimônio Histórico, por motivo do nascimento, no dia 17, do advogado, jornalista e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898/1969), criador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e que, em 2016 chegou a sua 9ª edição, são realizadas ações distribuídas em três eixos: oficina voltada a gestores, ação educativa voltada a estudantes da rede pública de ensino e seminário voltado a pesquisadores, estudantes, gestores e demais interessados na preservação do patrimônio cultural.

7. O Setor de Educação Patrimonial da Fundarpe:

Segundo a coordenadora do setor de EP da Fundarpe:

A Educação Patrimonial é de fundamental importância para os processos de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural, seja material ou imaterial. Para tanto, entendo que as ações educativas devem priorizar pela construção coletiva e democrática do conhecimento através da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais.

De modo sucinto, a Educação Patrimonial possibilita uma “educação do olhar” ao contribuir para que os sujeitos façam suas leituras do patrimônio cultural, procurando entender seus significados numa relação com a identidade, história, memória e cultura da comunidade a qual pertence.

Segunda a coordenadora:

A Educação Patrimonial é de fundamental importância pelo fato de possibilitar que os professores realizem um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar muito rico com foco na preservação do patrimônio, a partir das relações de pertencimento dos sujeitos com a comunidade de modo mais amplo e dos sujeitos com os bens culturais de modo mais específico.

Na sala de aula ou fora dela (aula de campo num museu, numa praça, por exemplo), o professor poderá despertar a consciência nos educandos de que o patrimônio cultural está presente no cotidiano e nas relações sociais, por meio de atividades lúdicas envolvendo a questão da identidade, memória, cultura, diversidade etc. Na realidade, penso que cada professor poderá ter clareza da importância que a Educação Patrimonial tem para si e para sua prática à medida que a desenvolve, haja vista que não há uma “receita” a ser seguida.

8. A Educação Patrimonial nas diversas matérias escolares – enfoques do IPHAN.

Segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial, de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, Iphan, Brasília; 1ª edição, 1999, a Educação Patrimonial é definida como:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar às crianças e aos adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (2009)

Nesses aspectos gera-se um fortalecimento da identidade e da cidadania de cada indivíduo no seu grupo social e na localidade ao qual está inserido, assim como o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades de que seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável.

Considerada como um instrumento de “alfabetização cultural”, a Educação Patrimonial permite que os indivíduos possam realizar além de uma leitura do mundo que o cerca, uma maior compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal na qual ele está inserido. Desta forma, então, quando a cultura é compreendida como múltipla e cultural, ressalta neste indivíduo e na comunidade a qual ele está inserido, um elevado processo de autoestima e, dentro deste processo educacional, poderá estimular e facilitar um diálogo ou mesmo a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes, produtores

e gestores responsáveis pela preservação além de estudos dos bens culturais. Notadamente, esta imensa troca de conhecimentos irá gerar parcerias que darão subsídios para a proteção e a valorização desses bens, tornando os cidadãos, os guardiões de seus patrimônios.

Nota-se que com os passos do entendimento de memória, pertencimento, cidadania e patrimônio que ocorrem mediante a exposição mais abrangente desses temas, alguns receberam destaque em uma pesquisa aprofundada sobre determinado assunto e, desta forma, podem ser levadas para a sala de aula por meio da Educação Patrimonial utilizando a transversalidade em todas as matérias que formam o currículo escolar.

Identificar, apontar, planejar e tornar efetiva e eficaz sua aplicabilidade de como se dá a produção das referências à identidade e à memória do povo brasileiro se faz necessário elaborar políticas públicas com foco em um modelo de gestão que possa dar sentido e eficácia aos atos coletivos.

Segundo a coordenadora da Casa do Patrimônio-IPHAN-PE,

A EP é fundamental para a sustentabilidade do Patrimônio Cultural, pois através dela passa-se a conhecer e a reconhecer o patrimônio como algo que faz parte do processo de formação da cultura do indivíduo e a partir daí, surge a responsabilidade sobre o bem e a vontade de querer protegê-lo.

A coordenadora afirma que:

os professores têm um enorme poder, no sentido de despertar seus alunos para a importância e riqueza do patrimônio Cultural e a partir daí estes passam a ser replicadores em suas famílias e comunidades, criando assim uma rede de sustentabilidade.

9. A experiência da Educação Patrimonial com professores da Rede Pública de Ensino do Jaboatão dos Guararapes

Tudo teve início com uma solicitação da coordenação de patrimônio da Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio Histórico do Jaboatão dos Guararapes. A proposta era inserir, dentro do Programa de Formação Continuada dos professores municipais na área de História da Secretaria de Educação, conhecimentos a cerca dos patrimônios materiais e imateriais do município onde, muitos deles, não conheciam nem a história da cidade.

Iniciamos, em 2013, com um trabalho elaborado em conjunto com a coordenadora da área, um cronograma com aulas uma vez por mês, dentro deste Programa de Formação

Continuada que veio a gerar 08 encontros. Houve tanto interesse desses professores em conhecer os locais identificados nas aulas teóricas que foram organizadas algumas visitas técnico-pedagógicas aos locais históricos do município realizadas com êxito.

O resultado alcançado, identificado por uma pesquisa realizada pela Coordenadora dos Professores, Sandra Arcanjo, junto aos professores de História, no final de 2014, havia sido positivo. Foi constatado que a 90% dos professores solicitaram que novas aulas e visitas sobre Educação Patrimonial, com referências ao município do Jaboatão dos Guararapes fossem propostas para o ano seguinte.

10. Aplicabilidades com os alunos, em sala de aula dos conceitos apreendidos.

No ano seguinte, como houve uma procura por parte da coordenação geral desta Formação Continuada da Secretaria de Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes para que o tema fosse repassado também para os professores de Português, aceitei mais esse desafio. A metodologia adotada foi a mesma utilizada com os professores de história com aulas teóricas e visitas técnicas. Com esta turma, de aproximadamente 100 (cem) professores, inserimos algumas atividades que foram desenvolvidas em sala de aula pelos alunos sob a coordenação dos professores e nossa supervisão. Assim, alguns trabalhos foram desenvolvidos e produzidos pelos alunos com uma temática específica e que fizeram parte da Semana dos Museus em agosto/2014 e no período da Primavera dos Museus, em setembro/2014. Ambos os programas fazem parte de ações do Ministério da Cultura – Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) com a exposição e explanação dos alunos sobre os temas sugeridos nacionalmente na Casa da Cultura em Jaboatão Centro. Conseguimos, assim, mobilizar professores e alunos interagindo com os temas abordados e a compreensão da importância da aquisição de mais esse conhecimento de forma simples e compreensível para todos.

Em 2015/2016, foi dado sequência ao pedido solicitado pelos Professores de História com a realização de aulas teóricas voltadas especialmente para a “Educação Patrimonial em sala de aula”, tendo por base as experiências vivenciadas nas aulas teóricas e práticas de 2014 e trazendo informações de como essas práticas poderiam ser adotadas na sala de aula de forma transversal com os alunos gerando assim sucesso nas formas de repasse dessas informações.

Retomamos, no segundo semestre, as atividades no sentido de repassar formas, técnicas e ferramentas que poderão ser utilizadas em sala de aula até independente da matéria que estes professores estejam lecionando. Buscamos atingir uma interligação, através de um trabalho interdisciplinar, com foco na preservação e transmissão dos patrimônios do município versus Educação Patrimonial.

Para se construir a identidade de uma sociedade precisa existir um processo dinâmico de sociabilização do grupo social ao qual pertencemos. Quando citamos que a Educação Patrimonial pode e deve estar inserida em todos os contextos, nos referimos que ela pode ser aplicada a qualquer evidência material, imaterial ou mesmo uma manifestação cultural. Pode ser um objeto, um conjunto de bens, um monumento, um sítio arqueológico ou mesmo histórico, um parque ou área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Neste aspecto, o reconhecimento de valor nos confere a aceitação da imensa diversidade cultural ao qual estamos inseridos.

Quando os equipamentos culturais exercem sua função social dentro de uma comunidade, as pessoas passam a perceber e a aceitar que aqueles espaços também lhes pertencem e que pode e deve ser utilizado de várias formas e maneiras para explorar a capacidade criativa, motivadora e exploradora de conhecer sua história que também é a história daquela localidade.

Ao observarmos as respostas das entrevistas com os professores (em anexo), sem a pretensão de fazermos generalizações, afirmamos que a receptividade no decorrer dos encontros tornou-se um fator decisivo e mais do que urgente que este tema – Educação Patrimonial – seja adotado de forma transversal e multidisciplinar nas salas de aula. Nosso vasto território tem história de relevada importância e de cunho nacional quando se ressalta e se enaltece, pelo próprio Exército Brasileiro, que “*A Pátria Nasceu Aqui*”, nos Montes dos Guararapes quando diversas raças e etnias se uniram para defender suas terras da invasão dos Holandeses. A Batalha dos Guararapes foi um dos principais momentos no processo de expulsão dos holandeses do Brasil. Houve duas grandes batalhas: a primeira ocorreu nas

elevações dos Guararapes, em 19 de abril de 1648, e a segunda, ocorreu em 19 de fevereiro de 1649, no mesmo local da primeira. As duas batalhas foram vencidas pelas tropas luso-brasileiras, onde muitos índios e negros lutaram ao lado das forças luso-brasileiras para expulsar os holandeses.

Fato histórico e verídico, descrito por diversos livros onde muitos habitantes locais não têm conhecimento do real significado no contexto de sua comunidade e de sua importância histórica, exatamente porque falta a introdução da Educação Patrimonial em sala de aula, principalmente para os moradores do Jaboatão dos Guararapes, que poderia estar acontecendo dentro da sala de aula.

Assim, os conhecimentos sobre educação patrimonial, adquiridos durante os encontros/aula ocorridos na Formação Continuada com os professores de História, ao longo desses três anos, contribuíram para uma prática docente mais consciente de seu papel enquanto promotor de conhecimento e conservação dos patrimônios culturais do município.

11. Considerações à prática da Educação Patrimonial nas escolas.

Observadas todas estas questões, identificam-se alguns problemas que precisam ser ressaltados como desafiadores à prática efetiva da Educação Patrimonial nas escolas. O primeiro deles e o mais sério seria a falta de uma política estatal de patrimônio voltada para a educação e uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória (CASCO, 2006, p. 02). Embora a legislação brasileira oriente o fomento de ações de respeito e reconhecimento da diversidade cultural do país, estas acontecem de maneira acanhada e isolada.

Atividades de formação de professores sobre a metodologia da Educação Patrimonial são emergenciais, além do destaque à reflexão de elementos vitais para a estrutura de ensino no país, como a reorientação do Projeto Político da escola e do Currículo.

Segundo BUSQUETS, (2000, p. 16).

As transformações da realidade escolar precisam passar necessariamente por uma mudança de perspectiva, em que conteúdos escolares tradicionais deixem de ser encarados como o 'fim' da Educação. Eles devem ser 'meio' para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. Esses conteúdos tradicionais só farão sentido para a sociedade se estiverem integrados em um projeto educacional que almeje o estabelecimento de relações interpessoais, sociais e éticas de respeito às outras pessoas, à diversidade e ao meio ambiente.

Segundo Casco, a Educação Patrimonial precisa ampliar suas potencialidades na escola, sendo esse o caminho mais seguro para a construção de respeito e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

12. Considerações Finais

Atualmente, cada vez mais, exige-se dos educadores que trabalhem com conteúdos que evidenciem a diversidade cultural e a sua transposição didática, conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos Temas Transversais da Educação (TTE). Entretanto, existem poucas publicações dirigidas aos educadores no Brasil que tratam dos aspectos relacionados à educação e à cultura oferecendo alternativas para a prática cotidiana. Desta forma, as dificuldades são inúmeras para que o educador passe a utilizar abordagens menos comprometidas com o conteúdo tradicional presentes nos planejamentos educacionais e nos livros didáticos, e passe, então, a construir situações de aprendizado sobre o processo cultural no qual se está inserido. Para tanto, este artigo procurou mostrar como identificar, explorar e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, tendo como base as informações conceituais e práticas. Além das publicações sobre diversas abordagens do tema.

A importância deste estudo visa identificar que a Educação Patrimonial busca resgatar uma relação de afeto da comunidade pelo patrimônio. Assim, desencadeia-se um processo de aproximação da população ao patrimônio, à memória, ao bem cultural, de forma agradável, prazerosa e até lúdica. As formas de abordagem e introdução da Educação Patrimonial na sala de aula ou na comunidade podem ser voltadas a grupos de qualquer idade e aplicadas a qualquer bem cultural, desde museus até sítios culturais, como um córrego, por exemplo.

Partindo do pressuposto de que para preservar é preciso conhecer, este material utilizado na pesquisa do tema foi produzido para motivar os professores do ensino básico a desenvolver um trabalho de educação patrimonial na sua escola, com o intuito de esclarecer e informar a população a respeito do patrimônio cultural de sua comunidade. Dessa maneira, pode-se promover a conscientização sobre a importância de seus bens na construção de uma memória coletiva e, conseqüentemente, da preservação de suas riquezas culturais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), trazem uma inovação, ao permitir a necessária

interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados “temas transversais”, que deverão ser explorados nas diferentes disciplinas escolares. Dois desses temas transversais possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a consequente adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do meio ambiente e da diversidade cultural.

Os parâmetros são referências para reorientação curricular e constituem o eixo norteador da política educacional no país. Uma das qualidades do documento é justamente a questão da memória, a incorporação das histórias locais, e, no interior delas, a Educação Patrimonial. Na descrição dos conteúdos obrigatórios para o primeiro ciclo do ensino fundamental, por exemplo, o eixo temático é a história local e do cotidiano. Tomando-se por base o “Guia Básico de Educação Patrimonial” (Horta 1999), o professor é orientado a focar preferencialmente diferentes histórias do local em que o aluno vive. O objetivo é que os estudos da história local ampliem a capacidade do aluno de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais existentes no seu próprio tempo.

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem, tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. Neste processo de etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais é necessário definir e delimitar os objetivos e metas da atividade de acordo com o que se quer alcançar.

Uma orientação que é sempre encontrada nos guias, manuais e artigos sobre Educação Patrimonial indica que os professores, em primeiro plano, devem pesquisar sobre o tema que será abordado e sua correlação com a disciplina que ele está lecionando. Em segundo lugar, delimitar seus objetivos educacionais e os resultados pretendidos. Decida que habilidades, conceitos e conhecimentos você quer que seus alunos adquiram e de que modo o trabalho se insere no seu currículo. Em terceiro lugar verificar que outras disciplinas poderiam estar envolvidas na exploração do tema e converse com outros professores dessas matérias. E, em quarto e último lugar, difundir e viabilizar que outros alunos tenham conhecimento deste trabalho e, para isso, deve-se planejar, com a coordenação pedagógica da escola, discutir como o trabalho será avaliado e como poderá ser exposto e divulgado na escola, de maneira a serem aproveitados pelos demais alunos.

Portanto, para viabilizarmos o acionamento desse instrumento, para promovermos o reencontro e a reconquista de um grupo consigo mesmo, faz-se necessário reavaliarmos nossa própria visão de cultura, de identidade e de auto reconhecimento no contexto para o qual estamos voltando nossa atenção. Pois, como ensinar sem estar sintonizado com esse meio? Como percebê-lo sem interação? E como interagir sem que haja emoção? Nesse aspecto, o fator diálogo torna-se a tônica de qualquer ação entre os atuantes diretos no patrimônio e sua preservação e o grupo comunitário ao qual o patrimônio em questão se encontra diretamente vinculado. Só a partir dessa postura será possível uma ação coerente e voltada ao real crescimento e despertar desse grupo: pela interação, pela troca, pela confiança estabelecida.

A Educação Patrimonial torna-se, assim, um processo constante de ensino/aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o Patrimônio. É nesse tópico que se encontra a fonte primária de atuação que vem enriquecer e fortalecer o conhecimento individual e coletivo de uma nação sobre sua cultura, memória e identidade. Através de ações voltadas à preservação e compreensão do Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial torna-se um veículo de aproximação, conhecimento, integração e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos, objetivando que os mesmos (re) conheçam, (re) valorizem e se (re) apropriem de toda uma herança cultural a eles pertencente, proporcionando aos mesmos uma postura mais crítica e atuante na (re) construção de sua identidade e cidadania. Identidade essa que, cada vez mais, urge por uma atenção especial dos diversos setores da nossa sociedade.

Através da Educação Patrimonial, o processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e ampliado, muito além do ambiente escolar onde toda uma comunidade pode estar envolvida. Pode tornar-se um instrumento a mais no processo de educação que colabore com o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade para com a preservação do patrimônio – em toda sua expressão – e a percepção da relação entre esse com sua identidade pessoal e cultural. Assim, ao acionarmos este instrumento de ação, iremos ao encontro do pensamento de Paulo Freire, buscando uma “alfabetização cultural” que capacite o educando a compreender sua identidade cultural e a se reconhecer, de forma consciente, em seus valores próprios, em sua memória pessoal e coletiva. Ainda segundo nosso pensador, “a criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois.

Desta forma, as relações entre os seres humanos e o mundo são em si históricas, como históricos são os seres humanos, que não apenas fazem a história deste mútuo fazer, mas, conseqüentemente, contam a história deste mútuo fazer”.

O Brasil, em toda sua imensa extensão territorial, é uma nação pluricultural principalmente pelas diversas etnias que o formaram. Nossa cultura vem sendo transmitida através das sucessivas gerações, sempre se renovando e se recriando num processo vivo e dinâmico, propiciando à nação a possibilidade de construir sua própria identidade. E a manifestação dessa identidade se revela através do nosso Patrimônio Cultural que não se restringe somente aos bens culturais móveis e imóveis, representantes de nossa memória nacional e protegidos por leis e instituições governamentais. Nosso patrimônio vai muito além da matéria, se fazendo presente em outras tantas formas de expressão cultural de nossa sociedade, de norte a sul do país. Esse herança imaterial se manifesta na interação de nossa gente com o ambiente, com a natureza e com as condições de sua existência. É a alma de nosso país expressa através dos saberes, celebrações e formas de expressão de nosso povo, “materializados” no artesanato, nas maneiras e modos do fazer cotidiano de nossas comunidades, na culinária, nas danças e músicas, rituais e festas religiosas e populares, nas relações sociais de uma família ou de uma comunidade, nas manifestações artísticas, literárias, cênicas e lúdicas, nos espaços públicos, populares, coletivos.

Ao abrirmos espaço para o tema “Educação Patrimonial” em nosso contexto, estamos proporcionando à sociedade brasileira um convite à reflexão quanto à responsabilidade que assumimos enquanto profissionais e cidadãos no processo de fortalecimento e revitalização de nossa cultura; sobre a responsabilidade de nos conduzir e a outros indivíduos, no caminho do entendimento e do profundo comprometimento na construção desse universo sociocultural. Criamos a possibilidade de assumirmos que lidar com o nosso Patrimônio é lidar com o espelho do país refletido na precariedade e dificuldade com que ele se mantêm, nos colocando frente a frente com a falta de autoestima e desvalorização de uma nação em detrimento de outras culturas invasoras e extratoras, considerando que somos o reflexo de um país confuso em seus próprios descaminhos e em desarmonia com o que possui de genuíno e inovador. Mas também, através dessa reflexão, nos vemos como instrumentos geradores de novas informações e estímulos que gerem a certeza de que somos todos personagens fundamentais

na construção e delineamento de nosso país e que o rumo que tomarmos depende exclusivamente do comprometimento e postura com que guiaremos nossos caminhos. Percebermos a nós mesmos, com uma ótica renovada, talvez seja o grande desafio lançado a todos nós através da Educação Patrimonial.

Como conclusão das aulas de Educação Patrimonial ministradas para os Professores de História das Séries Finais do Município do Jaboatão dos Guararapes, ressalto que nos anos de 2015 e 2016 duas atividades foram realizadas que vieram comprovar a importância do tema quando levado para sala de aula. Nos dois eventos do Instituto Brasileiro de Museu, que comemora, a nível nacional, a Semana dos Museus e a Primavera dos Museus, o município fez a inscrição para realizar os dois eventos e esteve inserido na programação nacional desta entidade. As ações desenvolvidas foram palestras para os professores e exposição de trabalhos dos alunos versando sobre o tema de cada ação. Nos dois momentos da preparação das exposições dos trabalhos dos alunos, os professores de história estimularam seus alunos a realizarem trabalhos, sob a minha supervisão e sob a coordenação da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico da Prefeitura que, ao final, foi muito elogiada pelas coordenadoras pedagógicas. Houve a visitação de outras escolas a estas exposições e o depoimento dos alunos que participaram e dos que visitaram era que deveriam ter mais atividades relativas à Educação Patrimonial como as que estavam acontecendo naquele dia.

13. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Pesquisas realizadas em 07/08/2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Sub Chefia Para Assuntos Jurídicos. (Org.). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Outros Artigos referentes à proteção do patrimônio. Artigos 215 e 216, Seção II DA CULTURA.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. Temas Transversais em Educação. 6ª Ed. Tradução Cláudia Schilling. São Paulo: 2000.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Educação Patrimonial e Sociedade. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. N. 03, Jan – Fev. 2006. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

CÉREBRO & Mente - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Neurociência. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/home.htm>>.

DANTAS, Fabiana Santos. Direito Fundamental à Memória. Curitiba. Juruá Editora, 2010.

GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. Brasília, DF : IPHAN, 2007.

GUIMARÃES, Edelfina e MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

Dados sobre ações e trajetórias da EP no IPHAN

<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/139/1/memoria2.pdf#page=17>

http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.234.

MATURANA, Humberto R.. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999, p.6.

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 10a ed., 2003, p.81.

Dados sobre ações e trajetórias da EP na Fundarpe.

Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br>

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em <http://www.aprendebrasil.com.br>

14. ANEXOS:

Entrevistas realizadas com professores de história da Rede Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes:

- Professora de História das séries finais – Danielle Montalioni Machado

1. Que importância a Educação Patrimonial teve para você na Formação Continuada e como esse novo conhecimento poderá influenciar na sala de aula?

Foi possível ter a real dimensão da grandeza patrimonial do município de Jaboatão dos Guararapes. Próximo à escola onde trabalho existe um bem patrimonial cuja importância para sociedade e para a comunidade eu já trabalhava com os alunos (Igreja Nossa senhora do Loreto), porém, na Formação Continuada descobri outros patrimônios que nem eu mesma conhecia.

2. O resultado das aulas de Educação Patrimonial com reflexos na sala de aula foram:

Positivos (x) Negativos () Sem alterações ()

3. Você adotaria em sala de aula o que foi aprendido nas aulas de Educação Patrimonial dentro da Formação Continuada?

Sim (x) Não () Talvez () Nunca ()

4. De posse desses conhecimentos de Educação Patrimonial sobre seu município e caso introduza esse tema em sala de aula, o que espera de seus alunos?

Que os educandos entendam a importância de conhecer e preservar o patrimônio de Jaboatão dos Guararapes, tornando-se agentes ativos na conservação.

Assinale a (s) alternativa (s) que, se aplicadas, poderão mudar algumas realidades com o despertar a consciência crítica e o senso de pertencimento.

(x) Elevar o conhecimento acerca dos Bens Patrimoniais de seu município.

() Não fará a menor diferença conhecer os Bens Patrimoniais.

(x) Elevar a auto estima dos moradores daquela comunidade.

- Promover a preservação, a memória e continuidade de sua cultura histórica.
- Se cair, depredar, destruir, pichar, será até melhor tirar essa coisa velha das ruas.
- Valorização das heranças culturais.

5. Você, Professor de História, gostaria que o tema “Educação Patrimonial” fosse indicado para estar presente em outros anos na Formação Continuada?

Sim () Não () Talvez () Nunca ()

- Professora de História das séries finais – Denise Batista de Lira

1. Que importância a Educação Patrimonial teve para você na Formação Continuada e como esse novo conhecimento poderá influenciar na sala de aula?

Fez-me despertar o desejo de discorrer sobre a temática em sala de aula, demonstrando a importância de preservar o patrimônio cultural e natural. Embora já tivesse conhecimento a respeito do assunto, trabalhava pouco o tema, devido a grande quantidade de conteúdo programático e período para efetivá-lo. Porém ao refletir sobre a temática resinifiquei seu valor e o enquadrei dentro de eixos históricos já tratados em sala de aula.

Percebi que para despertar o interesse do discente sobre o tema, é necessário trazer o conteúdo para sua vivência cotidiana e histórica. Ele precisa se sentir sujeito atuante no processo de conservação e perpetuação da sua cultura material e imaterial.

2. O resultado das aulas de Educação Patrimonial com reflexos na sala de aula foram:

Positivos () Negativos () Sem alterações ()

3. Você adotaria em sala de aula o que foi aprendido nas aulas de Educação Patrimonial dentro da Formação Continuada?

Sim () Não () Talvez () Nunca ()

4. De posse desses conhecimentos de Educação Patrimonial sobre seu município e caso introduza esse tema em sala de aula, o que espera de seus alunos?

Mais respeito pelo patrimônio histórico e natural, seja no cuidado de preservar, seja como parte de sua vida.

Além de valorizar o espaço em que habita e despertar a importância de atuar como sujeito ativo na conservação do ambiente cultural.

Assinale a (s) alternativa (s) que, se aplicadas, poderão mudar algumas realidades como despertar a consciência crítica e o senso de pertencimento.

- Elevar o conhecimento acerca dos Bens Patrimoniais de seu município.
- Não fará a menor diferença conhecer os Bens Patrimoniais.
- Elevar a auto estima dos moradores daquela comunidade.
- Promover a preservação, a memória e continuidade de sua cultura histórica.
- Se cair, depredar, destruir, pichar, será até melhor tirar essa coisa velha das ruas.
- Valorização das heranças culturais.

5. Você, Professor de História, gostaria que o tema “Educação Patrimonial” fosse indicado para estar presente em outros anos na Formação Continuada?

Sim () Não () Talvez () Nunca ()

Entrevista realizada com Amanda Carla Gomes Paraíso da FUNDARPE

– Licenciada em História pela UFPE em 2008; Especialista em História do Século XX pela UFPE em 2010; Mestre em Educação pela UFPE em 2011; Coordenadora do Setor de Educação Patrimonial da Fundarpe.

1) Há quanto tempo a senhora é a responsável pela área de EP nesta instituição?

Desde outubro de 2015.

2) Qual a importância da Educação Patrimonial?

A Educação Patrimonial é de fundamental importância para os processos de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural, seja material ou imaterial. Para tanto, entendo que as ações educativas devem priorizar pela construção coletiva e democrática do conhecimento através da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais.

De modo sucinto, a Educação Patrimonial possibilita uma “educação do olhar” ao contribuir para que os sujeitos façam suas leituras do patrimônio cultural, procurando entender seus significados numa relação com a identidade, história, memória e cultura da comunidade a qual pertence.

3) Como esta instituição vem trabalhando com o tema?

O setor de Educação Patrimonial da Gerência de Preservação Cultural da Fundarpe tem procurado investir mais em formações continuadas do que em ações educativas pontuais. No ano de 2016, destacamos as formações realizadas para mediadores de museus de Recife, Olinda e Caruaru, bem como para guias de Turismo que atuam no Circuito Recife Sagrado (da Prefeitura do Recife). Também ressaltamos o ciclo de formações para professores de comunidades quilombolas (localizadas em Vicência e Rio Formoso) e indígenas (Buíque). Também foi realizado, pela primeira vez, um seminário de Educação Patrimonial durante IX Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco que contou com um público de cerca de 80 professores da rede pública. A ênfase nas formações para professores se dá porque eles consistem em ricos multiplicadores do conhecimento em sala de aula e também porque muitos se queixam da falta de formações específicas na área de Patrimônio. Além dessas formações, foram realizadas oficinas em algumas escolas tendo como foco o Jogo do Patrimônio 2.0 (desenvolvido pela Gerência de Preservação Cultural da Fundarpe).

4) Para a senhora qual a importância da EP para professores da rede pública de ensino?

A Educação Patrimonial é de fundamental importância pelo fato de possibilitar que os professores realizem um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar muito rico com foco na preservação do patrimônio, a partir das relações de pertencimento dos sujeitos com a comunidade de modo mais amplo e dos sujeitos com os bens culturais de modo mais específico.

Na sala de aula ou fora dela (aula de campo num museu, numa praça, por exemplo), o professor poderá despertar a consciência nos educandos de que o patrimônio cultural está presente no cotidiano e nas relações sociais, por meio de atividades lúdicas envolvendo a questão da identidade, memória, cultura, diversidade etc.

Na realidade, penso que cada professor poderá ter clareza da importância que a Educação Patrimonial tem para si e para sua prática à medida que a desenvolve, haja vista que não há uma “receita” a ser seguida.

Entrevista realizada com Márcia Hazin: Coordenadora da casa do Patrimônio-PE.

1) Há quanto tempo a senhora é a responsável pela área de EP nesta instituição?

Há um ano, quando foi criado o Grupo de Trabalho das Casas do Patrimônio de PE. Na verdade todos os técnicos do Iphan são responsáveis por ações de Educação Patrimonial. A minha função é simplesmente coordenar o grupo de Trabalho.

2) Qual a importância da Educação Patrimonial?

A EP é fundamental para a sustentabilidade do Patrimônio Cultural, pois através dela passa-se a conhecer e a reconhecer o patrimônio como algo que faz parte do processo de formação da cultura do indivíduo e a partir daí, surge a responsabilidade sobre o bem e a vontade de querer protegê-lo.

3) Como esta instituição vem trabalhando com o tema?

O Iphan entende que a EP é um processo que deve ser construído dialogicamente, em parceria com as comunidades detentoras do patrimônio. O reconhecimento do patrimônio deve partir da própria comunidade, nesse sentido, o Iphan atua como um órgão mediador na construção do reconhecimento do patrimônio.

4) Para a senhora qual a importância da EP para professores da rede pública de ensino?

Também fundamental, os professores têm um enorme poder, no sentido de despertar seus alunos para a importância e riqueza do patrimônio Cultural e a partir daí estes passam a ser replicadores em suas famílias e comunidades, criando assim uma rede de sustentabilidade.